

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.794 - MG (2019/0306403-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL DE JUIZ DE FORA - MG
SUSCITADO : JUIZ AUDITOR DA 2A AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE BELO HORIZONTE - MG
INTERES. : DAVID WILLIAN MENDES
ADVOGADO : JULIO CESAR MEYER GOULART - MG108473
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DISPARO DE ARMA DE FOGO E LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DENÚNCIA QUE NARRA A PRÁTICA DE CONDUTA POR POLICIAL MILITAR DA ATIVA CONTRA OUTRO POLICIAL MILITAR DA ATIVA, NO MOMENTO EM QUE ESTAVA FORA DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. AÇÃO DELITIVA MOTIVADA POR RAZÕES ESTRANHAS À FUNÇÃO MILITAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 2.^a VARA CRIMINAL DE JUIZ DE FORA – MG.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2.^a VARA CRIMINAL DE JUIZ DE FORA - MG contra o JUIZ AUDITOR DA 2.^a AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE BELO HORIZONTE - MG.

O Juízo Suscitado declinou de sua competência para o processamento da denúncia oferecida contra o ora Interessado com base nos seguintes fundamentos (fl. 213; sem grifos no original):

"Conforme se verifica dos autos, o MP suscitou um conflito de competência por entender que o fato não estaria relacionado com a atividade profissional dos militares.

Ao invés de manter ou proceder à remessa dos autos para a Justiça Comum, o Juiz Cooperador entendeu pelo envio dos autos ao Procurador Geral de Justiça que se manifestou no sentido que não teria competência para se manifestar nos autos.

Na sequência do andamento processual, os autos retornaram a

este magistrado para que nova decisão pudesse ser proferida, então vejamos.

No caso sob análise, o ato foi praticado não no exercício da atividade como observou a promotoria oficiante no caso.

*Em razão disto, os autos devem ser remetidos a Justiça Comum da Comarca de Juiz de Fora para o seu regular andamento e processamento, uma vez que competente a Justiça Militar, órgão especializado do Poder Judiciário, processar e julgar os **crimes militares praticados por militares no exercício da função, o que não é o caso dos autos.***"

O Juízo Suscitante, igualmente, declinou da competência e o fez calcado na seguinte fundamentação (fls. 247-251):

"Recebidos os autos para análise da Resposta a Acusação, momento em que foi feita a apração profunda destes, pelo que concluiu-se que, "data vênia", não concorda este Magistrado com a remessa dos autos a este Juízo pelo MM. Juiz de Direito da 2ª AJME de Minas Gerais Fora e, assim considerando, se faz instado a SUSCITAR CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, nos próprios autos, conforme preceitua os artigos 113 e seguintes do Código de Processo Penal.

Versa o feito sobre a averiguação da ocorrência de delitos que teriam sido cometidos pelo Policial Militar da Ativa, [...], contra a Policial Militar da Ativa, [...], sua ex-amásia.

Em denúncia, foi narrado que DAVID WILLIAM MENDES, na primeira quinzena de dezembro de 2017, se encontrava junto da vítima no interior de um veículo, quando, durante uma discussão entre estes, o denunciado teria efetuado um disparo de uma pistola calibre 380, perfurando a porta do carona. Alegou-se, também, que o militar ofendeu a integridade física desta, vindo a lesioná-la, restando, outrossim, caracterizados os delitos tipificados no art. 15 da Lei nº 10.826/03 e no art. 129, §9º do Código Penal c/c art. 7º, I e II, da Lei 11.340/06.

Recebidos os autos pelo Ministério Público em 07 de agosto de 2018, este arguiu incompetência da Justiça Militar, tendo defendido que, como o delito não teria sido cometido em serviço, deveria ser julgado pela Justiça Comum (fls. 176/176v.).

Em uma análise inicial desta impugnação, o Magistrado posicionou-se contrariamente ao parecer do Ministério Público, defendendo que o Código Penal Militar, ao trazer a expressão 'em situação de atividade', não trata sobre Militar em serviço, mas sim na ativa, e, portanto, diante dos fatos narrados nos presentes autos, a competência seria da Justiça Militar, pelo que determinou a remessa ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Este, por sua vez, posicionou-se no sentido de que não teria competência para se

manifestar nos autos, retornando-os para o Juízo Militar, momento este em que o magistrado declarou incompetência da Justiça Castrense, determinando a remessa dos autos para a Justiça Comum.

Recebidos os autos, foi dada vista ao Ministério Público, que ofereceu denúncia, sendo esta recebida em 23 de novembro de 2018, momento em que o denunciado fora citado, pelo que ofereceu resposta a acusação, vindo os autos conclusos.

Pois bem, após análise laboriosa dos autos, restou evidenciado conflito de competência, tendo em vista que o delito foi cometido por militar da ativa contra militar da ativa.

*Inicialmente, vê-se necessário elucidar que **com o advento da Lei 13.491/17, a competência do Juízo Militar foi expandida**, uma vez que, desde a publicação da citada lei, em 16 de outubro de 2017, o inciso II, do art. 9º, do Decreto -Lei 1001/69 passou a prever que os crimes previstos na legislação penal são considerados como crimes militares, quando praticados em situações específicas. Cite-se:*

[...]

*Logo, tendo em vista **a nova redação do artigo, não há dúvidas que o julgamento de delitos previstos na Legislação Penal passaram a fazer parte da competência da Justiça Militar, desde que ocorrido em uma das situações previstas nas alíneas do inciso II, do referido artigo, sendo tal alteração aplicável ao presente caso tendo em vista a vigência imediata da Lei 13.491/17, a partir de 16 de outubro de 2017, e, por ter o delito ocorrido em dezembro de 2017.***

Pois bem, nos autos fora noticiado que o denunciado, policial militar, incorreu em crimes contra a vítima, também policial militar, ambos da ativa, pelo que se configura situação prevista no art. 9º, II, 'a', do Decreto -Lei 1001/69.

Exposto isto, o que se discute no presente caso, no que se refere a competência, é se o denunciado estaria ou não em "situação de atividade", tendo o juízo militar remetido os autos à Justiça Comum sob a alegação de que, como os delitos foram cometidos quando este não estava atuando em razão da função, não seria competente a Justiça Militar.

Contudo, não há razão em tal entendimento. A expressão utilizada na lei é "situação de atividade", não podendo ser confundida com a situação do militar estar prestando serviço, ou exercendo sua função, tendo o legislador deixado clara a distinção entre tais situações, pelo que se vê no art.9º, II, "c", que usou a expressão "por militar em serviço ou atuando em razão da função".

Outrossim, deve-se considerar que o militar "em situação de atividade" é aquele que está na "ativa", ou seja, aquele que "ingressando na carreira policial -militar, faz dela profissão, até ser transferido para a reserva, reformado ou excluído", conforme preceitua o art. 3º, §1º, da Lei Complementar Estadual 5301/95.

[...]

Portanto, por ter sido o delito cometido por policial militar na ativa, contra policial militar na ativa, tem-se a configuração de crime militar, devendo, portanto, ser julgado pela justiça castrense."

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 263-268, opinando pela competência do Juízo Suscitante.

É o relatório.

Decido.

A denúncia narrou a conduta do Interessado nos seguintes termos (fls. 3-4):

"Na primeira quinzena do mês de dezembro de 2016, nas imediações da casa de show Privilege, no bairro São Pedro, nesta cidade e comarca, David William Mendes efetuou um disparo com arma de fogo, em via pública.

Segundo consta, o denunciado se encontrava juntamente com [...] no interior do veículo Fiat Pálio, de cor vermelha, placa EEX-5519 e, durante uma discussão entre ambos, David William Mendes efetuou um disparo com uma pistola calibre 380, perfurando a porta do carona de referido veículo.

Laudo pericial de constatação de disparo de arma de fogo às fls.36/38 dos autos em apenso.

Aos 8 de dezembro de 2018, por volta de 01h06min., na Rua Irmão Menrado, nº 100, Bairro Borboleta, Juiz de Fora/MG, nesta Comarca, David William Mendes ofendeu a integridade física de sua ex-amásia [...], causando-lhe as lesões corporais descritas no ACD de fls. 17.

Segundo narram os autos, no dia, horário e local acima descritos, o denunciado, que viveu em união estável com a vítima, após discutir com a mesma, haja vista que esta queria reaver alguns pertences seus que estavam na residência onde o casal morava, passou a lhe proferir xingamentos e a agarrou pelo braço, puxando-a bruscamente, o que lhe causou 3 (três) pequenas escoriações próximas, de coloração arroxeada, na face ventral do seu antebraço esquerdo.

Desse modo, incorreu o denunciado nas sanções correspondentes aos delitos tipificados no art. 15 da Lei nº 10.826/03 e no art. 129, caput, § 9º, do Código Penal c/c a Lei nº 11.340/06. tudo na forma do art. 69 do Código Penal."

Na espécie, a peça acusatória narra a prática de conduta praticada por policial militar da ativa contra outro policial militar da ativa, no momento em que ele estava fora do exercício de suas funções, em período de folga, férias ou licença, e sendo a conduta

delituosa motivada por razões estranhas à função militar, ou seja, sem se valer do cargo para o cometimento dos crimes a ele imputados, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente afastado a competência da Justiça Militar e remetido a matéria à Justiça Comum. Nesse sentido:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. JUSTIÇA MILITAR FEDERAL X JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. MILITARES DO EXÉRCITO DA ATIVA, DE FOLGA E SEM FARDA QUE TERIAM DESACATADO E DESOBEDECIDO BOMBEIROS MILITARES EM OPERAÇÃO DE SOCORRO A POTENCIAL SUICIDA. CONDUTA POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 13.491, DE 13/10/2017. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Situação em que, em resposta de chamada para salvar potencial suicida tentando se jogar de uma ponte, uma unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais se deparou, no local do salvamento, com outros dois indivíduos com hábito etílico que se identificaram como Sargentos do Exército, negando-se, entretanto, a apresentar sua identidade militar. Um deles, proferindo palavras de baixo calão, além de ter empurrado um dos Bombeiros, o teria xingado e depreciado o nome da instituição. Além disso, mesmo tendo sido orientados a aguardar a chegada da polícia para recolhê-los à prisão, ambos os investigados se evadiram.

2. O desacato e a desobediência podem configurar tanto crime militar próprio (arts. 299 e 301 do CPM) quanto crime militar impróprio (arts. 330 e 331 do Código Penal), a depender de se o militar que o praticou estava na ativa, no exercício de sua função e/ou agindo em razão dela.

3. Se, a despeito de os investigados serem militares da ativa, sua conduta teve lugar fora do horário de serviço, quando não envergavam farda e em momento algum se valeram de seu cargo para o cometimento dos delitos, é viável concluir que agiram como civis e que sua conduta não se enquadra na hipótese do art. 9º, II, 'a', do Código Penal Militar (crimes praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado), única que, em tese, poderia se amoldar ao confronto entre militares da ativa. Afastada, assim, como consequência, a competência da Justiça Militar Federal que se firmaria em decorrência do fato de pertencerem os indiciados a organização militar federal (in casu, o Exército brasileiro).

[...]

*7. Conflito conhecido, a fim de declarar competente para a condução do presente Inquérito Policial o **JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG**,*

Superior Tribunal de Justiça

suscitado." (CC 162.399/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 15/03/2019; sem grifos no original.)

No caso, conforme a denúncia, os crimes foram praticados em lugar estranho à Administração Militar (em via pública) e no contexto de violência doméstica.

Desse modo, observo que a conduta não foi praticada enquanto o Acusado exercia atividade militar e não decorreu de razões vinculadas às suas funções militares, sendo de rigor, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a conclusão de que se tratou de crimes que devem ser submetidos à competência da Justiça comum estadual.

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO competente o JUÍZO DE DIREITO DA 2.^a VARA CRIMINAL DE JUIZ DE FORA – MG, o Suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora